Brasília, 03 de novembro de 2026

Seleção

Sumário

Agência Brasil

Domingo, 01 de novembro de 2026 | Pirataria | Biopirataria
Brasil contribui para avanços das ações de proteção da biodiversidade 3

Correio Braziliense - Online

Domingo, 01 de novembro de 2026 | Marco regulatório | INPI
O café produzido nestas montanhas baianas ganhou reconhecimento nacional e ag… 5

Exame.com

Sábado, 31 de outubro de 2026 | Pirataria | Biopirataria
COP17 termina com acordo, mas mundo segue fora da rota para reverter perda de b… 7

O Globo Online

Domingo, 01 de novembro de 2026 | Direitos Autorais
Governo corre para aprovar no Cogresso regras para uso de IA e concorrência de… 10

Brasil contribui para avanços das ações de proteção da biodiversidade



A 17ª Conferência das Partes das Nações Unidas (COP17) da Convenção sobre **Diversidade Biológica** (CDB) terminou em Yerevan, na Armênia, com a participação estratégica da delegação brasileira nas decisões para que os países acelerem e ampliem suas ações para conter a crise da biodiversidade.

Após o consenso alcançado na madrugada de sábado (31), o documento final chamado de Caminho de Yerevan foi publicado com novos compromissos assumidos pelos países.

A decisão trouxe uma resposta à primeira revisão do Marco Global de Kunming-Montreal (GBF, na sigla em inglês), que considerou insuficientes os esforços globais para atingir as 23 metas previstas no tratado internacional, até 2030.

Para a integrante da delegação brasileira Karen Oliveira, diretora de Políticas Públicas e Relações Governamentais da The Nature Conservancy Brasil, essa foi uma COP para correção de rumo, que trouxe novas orientações e avanços em financiamento, monitoramento e participação de povos indígenas e comunidades locais.

"Mas deixou parcialmente em aberto justamente os temas mais transformadores: volume de financiamento, funcionamento efetivo do Fundo Cali, reforma de subsídios, transformação dos setores produtivos e responsabilização por resultados."

Financiamento

Entre os compromissos financeiros acordados estão a ampliação voluntária da base de países doadores, hoje constituída pelos países desenvolvidos, possibilitando o financiamento de ações de proteção da biodiversidade em países menos desenvolvidos por economias como a China, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos, por exemplo.

Também houve consenso para uma revisão formal do Fundo Global para a Biodiversidade (GBFF, na sigla em inglês) e do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF, na sigla em inglês), além do compromisso para estruturar uma arquitetura eficiente para o financiamento das ações globais de proteção da natureza.



Paranaguá (PR), 18/05/2026 - Manguezal na Baía de Paranaguá, área da Grande Reserva da Mata Atlântica, onde ocorre monitoramento por pesquisadores do Programa de Recuperação da Biodiversidade Marinha (Rebimar). Foto: Fernando Frazão/Agência Brasil

Durante a conferência de Yerevan, a presidência da COP17 anunciou que os compromissos financeiros assumidos por governos, instituições multilaterais, filantropia e iniciativas privadas somaram mais de US$ 1,8 bilhão.

Subsídios

Para a especialista em políticas de biodiversidade do Greenpeace Internacional, An Lambrechts, as promessas políticas feitas em Yerevan demonstram boas intenções, mas não eliminam os grandes obstáculos como financiamento insuficiente, restrições fiscais e de endividamento dos países, o esvaziamento dos cofres do Fundo de Cali e a necessidade urgente de reformar subsídios prejudiciais à proteção da biodiversidade.

Os debates sobre a reforma de subsídios avançaram pouco durante a conferência. O resultado foi a criação de um grupo de trabalho com o objetivo de

Continuação: Brasil contribui para avanços das ações de proteção da biodiversidade

transformar, pelo menos, US$ 500 bilhões do valor que atualmente apoia atividades prejudiciais à natureza, em subsídios positivos.

Fundo Cali

Criado na COP16, em 2024, o Fundo de Cali deveria reunir valores pagos por empresas que utilizam o sequenciamento genético de espécies da natureza para desenvolver produtos, à exemplo das indústrias de cosmético e farmacêutica. A operacionalização da ferramenta, no entanto, esbarrou no avanço dos debates.

Segundo Lambrechts, há dois anos as grandes corporações fizeram o possível para que a adesão ao Fundo de Cali permanecesse voluntária e, na COP17, empenharam-se em impedir o funcionamento do fundo.

"É inaceitável que grandes empresas multinacionais obtenham lucros gigantescos a partir da exploração da natureza e, em contrapartida, contribuam muito pouco para a sua preservação, deixando populações ao redor do mundo à mercê dos impactos da crise da biodiversidade."



Rio da Prata (MS), 19/03/2026 - Irerês voam na região do Rio da Prata. No interior de Mato Grosso do Sul, entre os municípios de Bonito e Jardim, o Buraco das Araras revela a grandiosidade de uma formação geológica com cerca de 100 metros de profundidade, resultado do colapso de uma caverna calcária. O local abriga um importante santuário de aves do cerrado, com destaque para as araras-vermelhas, que utilizam as paredes da dolina para abrigo e reprodução. A área, hoje protegida e aberta à visitação controlada, se tornou símbolo da conservação ambiental e do turismo sustentável na região. Foto: Rafa Neddermeyer

Uso sustentável

A proposta brasileira para fortalecer a agenda de uso sustentável da biodiversidade com repartição justa e equitativa dos benefícios de **recursos genéticos** foi incorporada a agenda da convenção no artigo que trata de atividades, produtos e serviços que promovem resultados positivos para a natureza.

Com isso, passam a ser necessárias consultas aos países, povos indígenas e comunidades locais. Os países também passam a ter que apresentar opções para fortalecer a implementação do uso sustentável desses recursos.

"Avançamos no reconhecimento da necessidade de fortalecer essa dimensão da convenção, com um processo específico para desenvolver opções que poderão subsidiar um futuro Programa de Trabalho", destaca Michel Santos, gerente de políticas públicas do WWF-Brasil.

Conectividade

Uma das pautas fortemente defendidas pela delegação brasileira em Yerevan foi a da conectividade ecológica para a criação de corredores verdes e azuis de conservação, onde as espécies possam circular.

O objetivo inicial era criar um quinto elemento programático no Programa de Trabalho sobre Áreas Protegidas (PoWPA), mas o tema apenas foi referenciado dentro do documento, possibilitando a continuidade das discussões nos próximos espaços de debate multilateral.

"Precisamos conservar a natureza, mas também criar condições para que seu uso sustentável gere benefícios sociais, econômicos e ambientais, respeitando os direitos e os conhecimentos dos povos e comunidades que historicamente contribuem para sua conservação", conclui Michel Santos.

O café produzido nestas montanhas baianas ganhou reconhecimento nacional e agora tem origem protegida em 24 municípios



Quando se compra um vinho do Porto ou um queijo da Serra da Canastra, o nome no rótulo garante de onde o produto vem e como foi feito. Desde 2024, o café produzido na Chapada Diamantina, na Bahia, também tem esse tipo de garantia. A região recebeu do **Instituto Nacional da Propriedade Industrial** (**INPI**) a **Denominação de Origem**, o selo mais exigente do país para produtos ligados ao território. Entre os municípios incluídos está Piatã, conhecida pelos cafés premiados em concursos de qualidade.

O que é a Denominação de Origem do café da Chapada?

Um selo que liga o sabor do café ao lugar onde ele nasce. Segundo o jornal Bahia Notícias, as Indicações Geográficas têm duas categorias: a Indicação de Procedência, que reconhece uma área como centro de produção, e a Denominação de Origem, que atribui ao produto características específicas ligadas ao meio geográfico. O café da Chapada recebeu esta segunda modalidade.

O reconhecimento é recente. Segundo o portal DataSebrae, o registro foi concedido em 15 de outubro de 2024, a pedido da Aliança dos Cafeicultores da Chapada Diamantina, e abrange 24 municípios da região. A Revista Espresso registra que a Chapada Diamantina é a primeira Denominação de Origem para cafés da Bahia e a sexta Denominação de Origem de cafés do Brasil.

O que o café precisa ter para usar o selo?

Cumprir regras definidas no registro oficial. Estas são as principais exigências, segundo o certificado da **Indicação Geográfica** emitido pelo **INPI** e o DataSebrae.

1 Espécie certa Só pode ser café arábica, da espécie Coffea arabica, e não são aceitas variedades transgênicas. 2 Origem garantida O café precisa ser produzido dentro da área delimitada, que reúne 24 municípios da Chapada. 3 Nota mínima O café só pode usar o selo se atingir classificação mínima de 80 pontos na avaliação de qualidade. 4 Formas de venda O selo vale para o café verde, em grão cru, e para o café industrializado, torrado ou torrado e moído. 5 Controle A associação dos cafeicultores da região é a responsável pelo selo e pela fiscalização do uso.

Por que o café da Chapada é diferente?

Pela combinação de natureza e trabalho humano. Segundo a Revista Espresso, entre os fatores que tornam o café da região singular estão a altitude acima de 850 metros, a colheita quase 100% manual, a orientação do sol nas encostas das montanhas e as técnicas tradicionais de secagem em terreiros. O DataSebrae acrescenta que a Chapada tem altitudes entre 400 e 1.600 metros e solos minerais bem drenados.

O resultado aparece na xícara. Segundo o Bahia Notícias, o **INPI** destacou que o relevo montanhoso, a altitude e o clima conferem ao café características marcantes, como acidez cítrica, corpo encorpado e um retrogosto prolongado. Para Piatã, conhecida pelos prêmios, o selo reforça a identidade de um café que nasce no alto da serra.

O que o selo muda para produtores e consumidores?

Mais valor e mais garantia. Segundo o portal Kleber Patrício, a presidente da associação dos cafeicultores, Hulda Giesbrecht, afirmou que o Sebrae atuou durante seis anos junto aos produtores e às prefeituras até a conquista do selo, que deve fortalecer a reputação e abrir novos mercados. Para o consumidor, o selo no rótulo indica um café com origem e padrão de qualidade controlados.

O Brasil tem cada vez mais selos de origem. Segundo o Jornal Grande Bahia, com o reconheci-

Continuação: O café produzido nestas montanhas baianas ganhou reconhecimento nacional e agora tem origem protegida em 24 municípios

mento da Chapada, o país passou a somar 130 Indicações Geográficas, sendo 91 Indicações de Procedência e 39 Denominações de Origem. A Bahia

entrou nessa lista mais exigente pelo café de suas

montanhas.

Como é o clima em Piatã ao longo do ano?

Ameno pela altitude, com inverno seco. Novembro registra 166 mm de chuva em média, enquanto agosto tem apenas 8 mm, e as temperaturas ficam entre 13°C e 26°C.

âï¸ Verão Dez-Fev Média: 17-26°C Chuva: Média Chuvas de verão e cafezais em desenvolvimento. ð Outono Mar-Mai Média: 15-26°C Chuva: Baixa Chuva diminuindo e início da colheita. âï¸ Inverno Jun-Ago Média: 13-23°C Chuva: Muito baixa Seco e frio, época de secagem do café nos terreiros. ð¸ Primavera Set-Nov Média: 14-26°C Chuva: Média Floração dos cafezais com a volta das chuvas. ð¡ Dica do especialista: o inverno é seco e frio em Piatã, com mínimas de 13°C, e coincide com a época de secagem do café. Leve agasalho para as manhãs e procure fazendas que recebem visitantes para conhecer o processo da lavoura à xícara.

Temperaturas aproximadas com base no Climatempo. Condições podem variar.

Com recorde de -17,8°C, esta cidade da Serra Geral abriga o ponto culminante habitado da região e paisagens de tirar o fôlego.

Um café com endereço garantido

A Denominação de Origem do café da Chapada Diamantina mostra como a Bahia passou a ter um produto reconhecido pelo selo mais exigente do país. Altitude, clima de montanha, colheita manual e secagem em terreiros criaram um café com características próprias, e cidades como Piatã ajudaram a construir essa fama. Agora, o nome da região no rótulo garante a origem e a qualidade do que chega à xícara.

Você precisa visitar Piatã, conhecer uma fazenda de café da Chapada e provar um café com o selo de origem para entender como as montanhas baianas ganharam lugar entre os melhores cafés do Brasil.

COP17 termina com acordo, mas mundo segue fora da rota para reverter perda de biodiversidade



Conferência na Armênia aprova o "Caminho de Yerevan" para acelerar o cumprimento das metas globais até 2030, enquanto financiamento segue como principal entrave

"Não podemos proteger a natureza enquanto continuamos a financiar sua destruição." A declaração de Astrid Schomaker, secretária-executiva da Convenção sobre **Diversidade Biológica** (CDB) da ONU, resume um dos principais impasses da COP17, encerrada neste sábado, 31, em Yerevan, na Armênia.

Após duas semanas de negociações intensas, representantes de 182 países chegaram a um acordo para acelerar a implementação das metas globais de biodiversidade até 2030 e quase 50 decisões aprovadas, incluindo regras de participação de povos originários.

O entendimento, batizado de "Caminho de Yerevan", foi aprovado após uma madrugada de impasses que adiaram o prazo inicialmente previsto para o fechamento da conferência.

O avanço diplomático, no entanto, não alterou o diagnóstico: o mundo continua fora da rota para deter e reverter a perda de biodiversidade até o fim da década.

A primeira grande revisão coletiva do Marco Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal, firmado em 2022, revelou que os esforços adotados até agora são insuficientes para cumprir os 23 compromissos internacionais.

Entre eles estão a proteção de pelo menos 30% das áreas terrestres e marinhas, a restauração de 30% dos ecossistemas degradados e a redução de incentivos econômicos que contribuem para a destruição de ecossistemas naturais.

Segundo a ONU, embora quase 90% das 196 partes da convenção tenham estabelecido metas nacionais de biodiversidade, menos da metade delas estão no caminho necessário para serem cumpridas.

Além do desafio ambiental e climático, a falta de financiamento, especialmente para países em desenvolvimento, continua sendo um dos principais entraves para acelerar as políticas de conservação.

O Marco Global de Biodiversidade prevê a mobilização de pelo menos US$ 200 bilhões por ano até 2030, provenientes de fontes públicas e privadas, sendo US$ 30 bilhões anuais destinados para países em desenvolvimento.

Na COP17, a presidência armênia anunciou US$ 1,8 bilhão em compromissos financeiros mobilizados, provenientes de governos, investidores e organizações filantrópicas para iniciativas de conservação. Mas o valor representa recursos prometidos, não necessariamente já desembolsados.

Apesar do anúncio, um dos principais mecanismos continua praticamente vazio. Criado na COP16, na Colômbia, o Fundo de Cali busca receber contribuições de empresas que utilizam informações genéticas da natureza, como as dos setores farmacêutico e de cosméticos.

Embora tenha a ambição de arrecadar pelo menos US$ 1 bilhão por ano, chegou a apenas US$ 10 mil em promessas de contribuição, segundo o WWF.

"O que vimos foram mais surpresas positivas do que truques na COP17", afirmou Daudi Sumba, diretor de conservação do WWF-Internacional, em nota.

Para o especialista, a revisão global envia um sinal de que os governos precisam ampliar suas ações. Mas o acordo ainda deixa dúvidas sobre como os recursos necessários chegarão aos países responsá-

Continuação: COP17 termina com acordo, mas mundo segue fora da rota para reverter perda de biodiversidade

veis por grande parte da biodiversidade do planeta.

"Sem uma ampliação financeira clara para viabilizar essas ações, temo que o financiamento continue sendo a principal questão a assombrar as cúpulas das Nações Unidas", destacou.

O alerta ganha relevância às vésperas da 31ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP31), que começa em 9 de novembro, em Antália, na Turquia.

Assim como nas negociações sobre biodiversidade, a mobilização de recursos para financiar a ação climática será um dos principais desafios e prioridades.

O que foi aprovado no Caminho de Yerevan

O principal resultado da COP17 foi a aprovação de um conjunto de diretrizes para acelerar a implementação do Marco Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal, considerado o principal acordo internacional para a preservação da natureza.

Na prática, o Caminho de Yerevan orienta os países a ampliar suas políticas de conservação, alinhar investimentos e orçamentos nacionais às metas de biodiversidade e fortalecer o monitoramento dos resultados.

Um dos principais pontos traz a necessidade de reformar ou redirecionar pelo menos US$ 500 bilhões por ano em subsídios prejudiciais à biodiversidade, compromisso que já fazia parte do marco global.

Esses incentivos incluem mecanismos de apoio econômico que podem favorecer atividades associadas à degradação ambiental. A proposta é reduzir progressivamente os estímulos que contribuem para a perda de biodiversidade e ampliar aqueles que favorecem sua conservação e seu uso sustentável.

O texto também destaca a necessidade de ampliar o financiamento internacional, fortalecer a cooperação científica e técnica com países em desenvolvimento e incorporar a agenda às decisões econômicas.

Para Schomaker, os próximos quatro anos serão decisivos para transformar os compromissos em resultados "Os recursos precisam chegar aos países e às comunidades que precisam deles", reiterou.

O que o Brasil levou para a COP17

O Brasil chegou à conferência com cinco prioridades: ampliar o financiamento internacional, fortalecer o uso sustentável da biodiversidade, garantir a repartição justa dos benefícios derivados de **recursos genéticos**, promover a conectividade ecológica e reconhecer o papel de povos indígenas e comunidades locais.

Duas dessas agendas tiveram encaminhamentos considerados relevantes pelo WWF-Brasil: a conectividade ecológica e o uso sustentável da biodiversidade.

Na primeira frente, o país defendeu a criação de um novo componente no Programa de Trabalho sobre Áreas Protegidas da Convenção, com o objetivo de integrar áreas conservadas e permitir a conexão entre diferentes ecossistemas.

A proposta busca facilitar o deslocamento de espécies, preservar o fluxo genético e fortalecer a resiliência ambiental diante das mudanças climáticas.

A criação não foi aprovada na COP17, mas o tema permaneceu nas negociações e poderá ser retomado nas próximas reuniões.

Outra prioridade brasileira foi ampliar o espaço do uso sustentável da biodiversidade nas decisões internacionais.

A proposta envolve atividades econômicas baseadas em recursos naturais que possam gerar renda e benefícios sociais sem comprometer a conservação dos ecossistemas. Entre os temas discutidos estão bioeconomia, economia circular e cadeias produtivas associadas à biodiversidade.

A conferência decidiu avançar com consultas a países, povos indígenas, comunidades locais e outros participantes para avaliar a possibilidade de um programa de trabalho específico.

"São agendas complementares e estratégicas para países megadiversos como o Brasil: precisamos conservar a natureza, mas também criar condições para que seu uso sustentável gere benefícios sociais, econômicos e ambientais", destacou Michel Santos, gerente de políticas públicas do WWF-Brasil.

Na agenda financeira, o Brasil voltou a defender o princípio das responsabilidades diferenciadas entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, além da ampliação dos recursos internacionais para conservação.

A delegação também apresentou o Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF), mecanismo de financiamento voltado à conservação de florestas tro-

Continuação: COP17 termina com acordo, mas mundo segue fora da rota para reverter perda de biodiversidade

picais. Após o aporte mais recente da Holanda, a iniciativa já havia assegurado US$ 7,8 bilhões em compromissos, incluindo US$ 1 bilhão do Brasil.

Povos indígenas e oceanos ganham espaço

O Brasil ainda defendeu o fortalecimento da governança do Fundo de Cali. Além dos debates financeiros, a COP17 avançou nas regras de funcionamento do órgão permanente da Convenção dedicado aos povos indígenas e comunidades locais.

Criado na COP16, o mecanismo está relacionado ao Artigo 8(j) da Convenção sobre **Diversidade Biológica**, que trata do respeito e da valorização dos conhecimentos, práticas e inovações tradicionais associados à conservação.

A decisão estabelece procedimentos de governança para ampliar a participação desses grupos nas discussões internacionais sobre biodiversidade.

Na agenda dos oceanos, os países reconheceram que os ecossistemas marinhos e costeiros vêm recebendo menos atenção do que os terrestres na implementação das metas globais.

A conferência também avançou na identificação de áreas marinhas ecologicamente ou biologicamente significativas e criou um grupo assessor dedicado à biodiversidade em regiões além das jurisdições nacionais.

Para Guido Broekhoven, diretor global de políticas multilaterais do WWF-Internacional, o tema vai além da preservação de espécies.

"A natureza fornece os alimentos que chegam às nossas cozinhas, a água limpa que sai de nossas torneiras, a polinização das plantações e os solos saudáveis que sustentam a segurança alimentar global", complementou.

A próxima conferência da ONU sobre biodiversidade, a COP18, será realizada em Quito, no Equador, em 2028. O país foi escolhido após vencer a disputa com o Panamá durante as negociações na Armênia.

Até lá, os governos terão mais dois anos para demonstrar avanços na implementação das metas globais e definir questões financeiras que continuam em aberto.

Governo corre para aprovar no Cogresso regras para uso de IA e concorrência de big techs



Objetivo é fortalecer o Cade e cobrar transparência das plataformas. Executivo quer aval para mudanças ainda neste anno

Após prometer colocar a regulação das big techs no centro de seu quarto mandato, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva correrá contra o tempo para tentar aprovar este ano projetos que avancem no regramento das plataformas no país. A estratégia é buscar, ainda nesta legislatura, avanços em novas regras com projetos que já existem, antes da mudança na composição do Congresso, com maior participação de parlamentares alinhados à direita, que, para o Executivo, tendem a ser mais refratários às propostas. O objetivo esbarra, porém, em uma agenda legislativa lotada de pautas até dezembro e na própria atuação das empresas, que se movimentaram por exemplo contra o projeto de lei (PL) das fake news, em 2023.

Novas regras: Estado de Nova York restringe uso de chatbots por menoresVeja: Estudiosos da religião se reuniram com a Anthropic. O que ouviram os deixou chocados

O governo vê uma janela de oportunidade para votar até dezembro o Marco Legal da Inteligência Artificial (IA), que cria novo regime de obrigações para as gigantes de tecnologia. O projeto traz exigências de transparência, responsabilização por danos e limites para o uso de conteúdos protegidos por **direitos autorais**.

Em outra frente, o Ministério da Fazenda quer aprovar este ano projeto que fortalece a regulação concorrencial de big techs. A proposta cria obrigações prévias para empresas consideradas de relevância sistêmica em mercados digitais, ou seja, gigantes que têm o poder de criar monopólios e sujeitar às suas regras não só consumidores, mas também setores econômicos.

- A garantia de soberania digital depende de leis claras que fortaleçam as condições para o desenvolvimento de IA no país e enfrentem a extração de valor promovida pelas grandes plataformas em relação ao que produzimos aqui - disse o secretário de Políticas Digitais da Secretaria de Comunicação, João Brant.

Para entender o impacto que a IA vai causar no mercado de trabalho, a saída é olhar para o passado

Nenhum dos dois textos trata de regulação de conteúdo, e o governo não tem intenção de mexer nessa seara para desmobilizar o argumento de opositores, que costumam apontar risco de censura a qualquer iniciativa de regulamentação das plataformas.

O Palácio do Planalto espera contar com o capital político após a virada histórica de Lula para acelerar os projetos. Na conta do Executivo, a própria repercussão negativa entre usuários da conduta da Meta nas eleições deve ajudar.

Atuação concentrada

A dona de Facebook, Instagram e WhatsApp reconheceu falhas técnicas e lacunas em sistemas que afetaram temporariamente as contas e a distribuição de conteúdos da campanha petista. No Instagram, o perfil oficial de Lula ficou horas sem o botão de repostar e houve problemas nos stories do presidente. A Meta nega interferência para beneficiar Flávio Bolsonaro (PL).

No discurso da vitória no domingo passado, Lula citou a "intromissão" das big techs, o "crime digital" e disse que empresas "monstruosas" não pagam impostos:

- Tivemos que vencer a intromissão de fora para dentro, através de plataformas digitais que nós vamos ter que regular.

O projeto de lei da regulamentação de IA já foi aprovado no Senado e falta ser apreciado pela Câmara, onde a relatoria é de Aguinaldo Ribeiro (PP-PB). O Planalto deve se aproximar do parlamentar nos próximos dias para incentivar que o texto ande na Casa. Um dos tópicos da proposta é a aplicação de multas de até R$ 50 milhões, além de suspensão temporária ou definitiva de sistemas e proibição de utilização de determinadas bases de dados.

Também está na Câmara o projeto de regulação antitruste das plataformas digitais. O projeto está pronto para ser votado no plenário da Casa, e as mudanças realizadas pelo relator, o deputado Aliel Machado (PV-PR), foram consideradas positivas pela Fazenda e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), responsável pela regulação concorrencial. De acordo com Machado, a proposta será discutida na reunião de líderes nesta semana. Nos bastidores, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), tem dito que a sinalização sobre a votação deve ocorrer a partir da reunião desse encontro.

- As regras concorrenciais valem para outros setores e têm que valer para esse também. O que estamos buscando é uma legislação que permita ao Cade agir com mais eficiência - disse Machado.

Pequeno dicionário do 'fim do mundo': conheça os termos usados para falar sobre os riscos da IA

Na avaliação do governo, o Cade atua hoje quando identifica práticas anticoncorrenciais, mas o modelo tem sido insuficiente para lidar com big techs pela organização em plataformas e pela velocidade com que conseguem controlar os setores em que atuam.

O nível de concentração ficou claro na eleição, segundo interlocutores do governo. Uma única empresa fornece IA, vende publicidade, administra redes sociais e é dona do principal aplicativo de mensagens do país, ou seja, concentra poder em vários segmentos da vida digital.

No caso de marketplaces, que reúnem um grande contingente de clientes, elas conseguem cobrar mais vantagens dos vendedores que, sem eles, ficam sem acesso à demanda. Isso muitas vezes leva a comportamentos abusivos, como obrigatoriedade de usar outros serviços da empresa ou cobrança de taxas elevadas.

Após queixas sobre atuação da Meta na eleição: entidades propõem agenda de regulação no ambiente digital

A ideia é fazer uma regulação prévia para essas plataformas, considerando os setores nos quais atuam, como redes sociais, sistemas de celulares, marketplaces, entre outros. No caso de sistemas operacionais, um exemplo de exigência prévia é proibir que a empresa só habilite um aplicativo de carteira digital.

Para definir as empresas sujeitas à regulação mais dura haverá dois critérios, segundo o projeto, que serão avaliados em processo administrativo pelo Cade, com direito a contraditório, audiência pública e tomada de subsídios. O primeiro é uma linha de corte financeira: só poderão ser designadas as plataformas com faturamento anual superior a R$ 5 bilhões no Brasil e R$ 50 bilhões em termos globais.

Se a empresa ficar nessa faixa, depois serão analisados parâmetros qualitativos, como se ela tem posição estratégica da qual resulte a dependência de terceiros para desenvolvimento de atividades empresariais ou para acesso de usuários. Ou ainda o acesso, controle ou combinação de quantidade significativa de dados pessoais ou comerciais relevantes.

Mais transparência

Segundo interlocutores, o deputado incorporou demandas do setor privado, limitando o escopo do projeto e aumentando garantias processuais, inclusive com mecanismos de transparência. O relator incluiu, por exemplo, que o faturamento será atualizado pelo IPCA e que a designação como plataforma sistemicamente relevante não implica determinação automática de obrigações, que seguirão rito próprio. Ele reduziu o prazo de designação de dez para seis anos.

Filippo Lancieri, professor associado na Universidade Georgetown (EUA) - onde pesquisa sobre política antitruste e desenho regulatório - , afirma que o projeto é baseado na necessidade de adaptar os instrumentos de defesa da concorrência para a realidade dos mercados digitais.

- O projeto visa fechar diversas lacunas no regime concorrencial brasileiro que são exploradas pelas big techs para impedir a concorrência efetiva em mercados muito importantes. O resultado são

Continuação: Governo corre para aprovar no Cogresso regras para uso de IA e concorrência de big techs

maiores preços, margens de lucro astronômicas, menor qualidade e menor inovação, prejudicando os consumidores e empresas nacionais - disse.

Segurança de dados: Flórida quer limitar uso de Facebook e Instagram por adolescentes

Enquanto os textos não são aprovados, o governo vem trabalhando em implementar os instrumentos gerados pela decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o artigo 19 do Marco Civil da **Internet**, que define as regras sobre a responsabilidade civil das plataformas digitais por danos causados por conteúdos publicados por terceiros.

O Executivo chegou a preparar projeto de lei sobre o tema. Quando a proposta seria enviada ao Congresso, porém, avançou a tramitação do Estatuto Digital da Criança e do Adolescente e a avaliação passou a considerar que a decisão do STF, combinada à atualização da regulamentação do Marco Civil, contemplava parte dos objetivos do texto.

Essas atualizações determinam que plataformas devem remover conteúdos de crimes graves expressamente listados (como terrorismo, exploração sexual infantil, incentivo à automutilação e tráfico de pessoas), após notificação extrajudicial, sem necessidade prévia de ordem judicial. E obriga as redes sociais e provedores a manterem canais de denúncia acessíveis, gratuitos, destacados e permanente.

Procuradas, Meta, Google e Amazon não comentaram.

(Colaborou Sérgio Roxo)

Cultura

Quem foi Mulher Banana, ícone trans do funk carioca que morreu aos 49 anos

Lauro Jardim

Dono da Cedro Mineração articulou com Eduardo Bolsonaro indicação para o comando da Vale

Lauro Jardim

Rafael Fonteles e o risco de muita exposição antecipada

Política

Governo Trump não pretende apoiar Flávio Bolsonaro como líder brasileiro, diz agência

Política

Flávio diz que recebeu alerta do pai, mas decidiu apenas com a mulher sair do país: 'Estarei pronto para disputar a Presidência de novo'

Política

Amigo de Flávio Bolsonaro, Willer Tomaz tem outras cinco casas em ilhas de Angra além da disputada com Richarlison

Política

Rubio afirma que governo americano não se envolveu na fuga de Flávio Bolsonaro aos EUA

Lauro Jardim

Chico Science ganha musical que vai recriar a estética revolucionária do manguebeat

Índice remissivo de assuntos

Denominação de Origem 3,4
Direitos Autorais 8,9,10
Marco regulatório | INPI 3,4
Pirataria | Biopirataria 1,2,5,6,7
Propriedade Industrial 3,4